

Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,

OUTORGANTE: *MARIA LUISA COSTA DINIZ, mamon IMPURBERE, REPRESENTADA NESTEATO DE- NA A SUP OCENTORA ANA PAULINA RUFINO COSTA BRASILEIRA, SOLTEIRO RESIDENTE E DOMI- CILIADA NA Rua João Pinto Barbosa, 55, Centro, TAPEROÁ-PB*

, eletrônico: dclientestap@gmail.com, constituo e nomeio os procuradores:

OUTORGADO: **MARCELO DANTAS LOPES**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB – PB sob o n.º 18446, escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá–PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, especialmente para propor

Ação de cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT em face de

SEGUROADORA LIDER S/A, inscrito no CPF/CNPJ sob o n.º *09248608/0001-04* podendo,

portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo subestabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

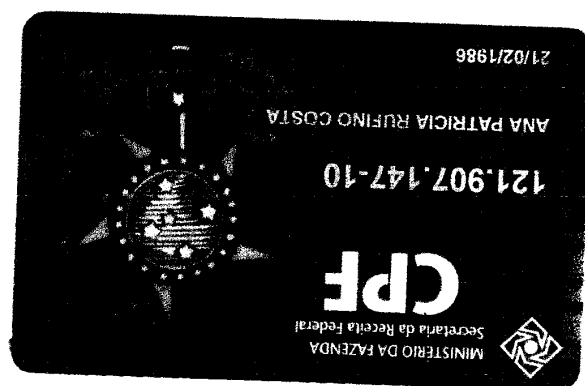
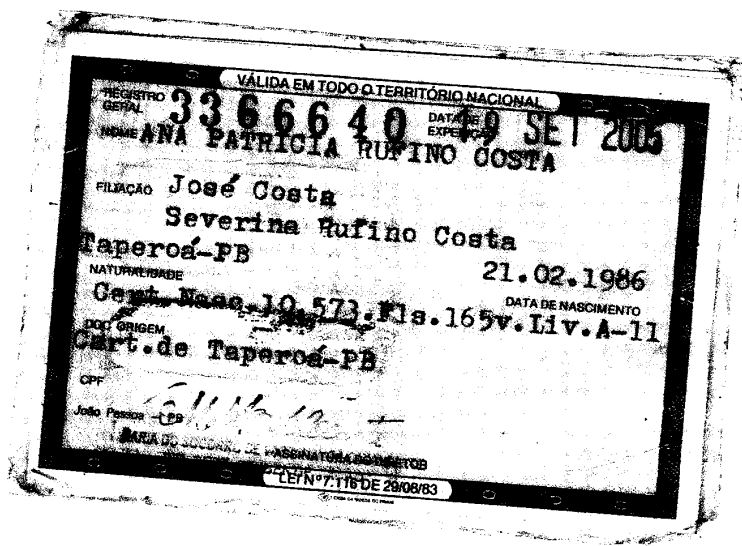
PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.**

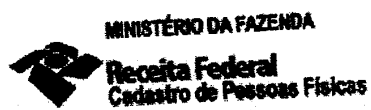
CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual *20%*, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoá-PB, 23 de *Janeiro* de *2024*

XAJA PATRÍCIA RUFINO COSTA
OUTORGANTE







MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

140.899.914-55

Nome

MARIA LUISA COSTA DINIZ

Nascimento

21/06/2008

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 10/03/2020 22:49:27

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031022492704700000027923889>

Número do documento: 20031022492704700000027923889

ANTONIO MOREIRA DA SILVA
RUA: ANOEL TARGY, 247 - CENTRO
TAIARUNA - PB CEP 58680-000 (AG 85)

Clas: /Subcls RESIDENCIAL /BAIXA RENDIA MONOFASICO
Roteiro 2- 90- 605- 3650
medidor 00000635769

Referencia Jun / 2016
Emissao 06/06/2016

ENERGISA PIA - DIS: RIBUIRORADE ENERJISA
ENERGISA PIA - JUS: Pessoa/PB - CEP 58071-680
CNPJ 08 085 163/10-01-40 Insc Est 16.016.875-01
Nota Fiscal/Corla de Energia Eletrica (F000) 58045
Codigo para Debito Automatico: 0000100223

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

Canal de contato

Jun

Info Social de Energia Eletrica - TSEF foi criada pela Lei
0 438, de 26 de abril de 2002

Apresentação

06/ 2016

Data prevista da
próxima leitura

07/07/2016

CPF/CNPJ/RANI

4061612840
Insc Est

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 01/06/2016 PAGAS
OBRIGADOR!

Histórico de Consumo
(kWh)

Mar/16	33
Abr/16	29
Mai/16	24
Fev/16	31
Jan/16	30
Dez/15	29
Nov/15	32
Out/15	29
Set/15	32
Ago/15	34
Jul/15	36
Jun/15	25

Média dos últimos meses
32 kWh

b6b0 c32c d335 2ad2 6320 4586 919c 1581

Indicadores de Qualidade 4/2016 - Juazeiro

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL 6,60	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 12,94	0,00	CONTRATADA 202
DIC ANUAL 25,89	0,00	LIMITE INFERIOR 231
FIC MENSAL 3,50		
FIC TRIMESTRAL 6,97		
FIC ANUAL 13,95		
DMIC 3,80		
DICRI 12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia	2,70	28,27
Compra de Energia	3,54	37,07
Serviço de Transmissão	0,21	2,20
Encargos Setoriais	0,88	9,30
Impostos Diretos e Encargos	2,25	23,56
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	9,56	100,00

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 10,26
- Leitura confirmada



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 10/03/2020 22:49:27

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031022492704700000027923889

Número do documento: 20031022492704700000027923889



Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato

Freguesias de Irajá e Jacarepaguá - 6ª Zona - Rio de Janeiro - RJ

Avenida Emílio Cardoso, 2140 - Cascadura - ☎ 2593-7188 / Avenida Brás de Pina, 287 - Penha - ☎ 2270-2098

Avenida General Dantas, 142-A - Jacarepaguá - ☎ 3392-1988 / Avenida das Américas, 3838 - Bf 1 - L N - Barra da Tijuca - ☎ 3325-6509

Registrador e Notário: *Dante Alighieri Campos Seixas*

NASCIMENTO

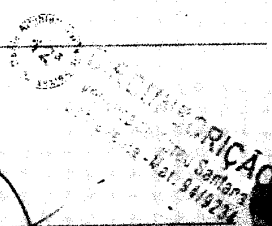
Certifico que à fl. 181 do livro nº 3SA-00099 sob o número de ordem 19981, foi lavrado hoje o assentamento de **MARIA LUISA COSTA DINIZ**, nascida aos vinte e um (21) dias do mês de Junho do ano de dois mil e oito (2008), às 21:10 horas, no(a) Maternidade Leila Diniz - Rio de Janeiro - RJ, do sexo feminino, filha de **MARCOS PEREIRA DINIZ** e **ANA PATRICIA RUFINO COSTA**, sendo avô paterna: **MARIA DAS MERCES DINIZ** e maternos: **JOSE COSTA** e **SEVERINA RUFINO COSTA**. Foi declarante **MARCOS PEREIRA DINIZ**. Observações: Declaração M. Saúde nº 41361881. Dispensadas as testemunhas, na forma do artigo 529 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Isento de cobrança de acordo com a lei. 9534 de 10/12/1997. ---*---*---

Fu

escrevente,

a extraí. O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2008



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

NOME: **MARCOS PEREIRA DINIZ**

MATRÍCULA:

0706980155 2016 4 00007 008 0004017 14

SEXO masculino	COR PARDA	ESTADO CIVIL E IDADE solteiro, 35 anos
NATURALIDADE/UF Taperoá-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº: 041.978.144-70

ELEITOR

SIM - Nº 044652581252, Zona: 27 - PB

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO)

MARIA DAS MERCES DINIZ. Residia na(o) Rua José Adonias Gomes, S/N - Centro, no município de Taperoá-PB

DATA E HORA DO FALECIMENTO

quatorze de novembro de dois mil e dezesseis - 22:40

DIA	MÊS	ANO
14	11	2016

LOCAL DO FALECIMENTO

Em via pública: Estrada do Sítio Campo do Coxo no município de Taperoá-PB

CAUSA DA MORTE

Hemorragia aguda decorrente de trauma torácico fechado

NOME DO MÉDICO / CRM

Dr. Roberto Pires de Almeida - CRM: 7118

LOCAL DO SEPULTAMENTO

Cemitério A CONSOLAÇÃO no município de Taperoá-PB

DECLARANTE

JOSÉ PEREIRA DINIZ, Tio do falecido, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado: Praça João Suassuna, S/N - Centro, Taperoá-PB

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

2ª Via - Registro lavrado em 17/11/2016, no Livro C-00007, Nº 4017, folha 8. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 245012850. Foi dito pelo declarante que o mesmo deixa 01 filha menor Maria Luisa Costa Diniz, era eleitor e não deixa bens a inventariar.

NOME DO OFÍCIO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO

OFICIAL REGISTRADOR

Maria das Graças Dias de Tolêdo Farias

MUNICÍPIO/UF

Taperoá-PB

ENDEREÇO

AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperoá-PB - CEP 58680000 Fone: 3463-2451 E-mail: cartorioribeirotoledo@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Taperoá-PB, 25 de novembro de 2016.

Maria das Graças Dias de Tolêdo Farias
Maria das Graças Dias de Tolêdo Farias
Oficial do Registro Civil

Selo Digital: **AEB45662-YT1B**

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

ARPENBRASIL AA 001961412 BRP

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE TAPEROÁ- PB
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLÉDO
Av. Getúlio Vargas, s/n- Centro TEL: (083)3463-2451

Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Oficial do Registro Civil

Cláudia Regina Guimarães
Escrevente

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Certifico que às folhas 186, sob número 10655 do livro A/11 de Registro de Nascimento foi extraído o assentamento de nascimento de MARCOS PEREIRA DINIZ, nascido aos vinte e três de julho de mil novecentos e oitenta e um (23/07/1981), na Maternidade de Taperoá-PB, do sexo masculino, sendo filho de MARIA DAS MERCÊS DINIZ.

São Avós maternos: INACIO BENTO PEREIRA E ESMERALDINA JOAQUINA DINIZ.

Foi declarante a mãe do registrado e serviram de testemunhas: Genilda Maria Ferreira Silva e Maria Auxiliadora de Oliveira.

A presente certidão está igual ao original em meu poder. Não consta averbação no termo.



Registro lavrado em 20/07/1988, pela escrivã Ivone Ribeiro de Toledo.

O referido é verdade e dou fé.

Taperoá-Pb, 30 de abril de 2007


Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Oficial do Registro Civil



TRABALHADOR	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
<p>Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.</p> <p>Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.</p> <p>O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.</p> <p>Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.</p> <p>CONFECCIONADA COM RECURSOS DO FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.</p>	<p>CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL</p> <p>128.20199.56-0</p> <p>7501814 0040 RJ</p> <p><i>Marcelo Dantas Lopes</i></p> <p>ASSINADO ELECTRONICAMENTE</p> <p>INFORME O SEU ESTADO DE SAÚDE</p> <p> </p>
<p>VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR</p>	<p>03</p>





CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	CONDOMÍNIO CARVALHO I
CGC/CNPJ	AV. GENARO DE CARVALHO, 2671
ENDEREÇO	RECREIO BANDEIRANTES-CEP: 22.795-077
MUNICÍPIO	RIO DE JANEIRO - RJ
ESP. DO ESTABELECIMENTO	
CARGO	ZELEDOR
CBO N°	
DATA DE ADMISSÃO	03 DE AGOSTO DE 15
REGISTRO N°	1.076,70 (UM MIL, SETEN
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA	TO E SEIS REAIS E SETENTA CENTAVOS) P/MÊS
CONDOMÍNIO CARVALHO I	
DATA DE SAÍDA	05 DE FEVEREIRO 2016
CONDOMÍNIO CARVALHO I	
COM. DISPENSA CD N°	
FGTS N° DA CONTA	

08

CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	
CGC/CNPJ	
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO	
ESP. DO ESTABELECIMENTO	
CARGO	
CBO N°	
DATA DE ADMISSÃO	
REGISTRO N°	
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA	
CONDOMÍNIO CARVALHO I	
DATA DE SAÍDA	
CONDOMÍNIO CARVALHO I	
COM. DISPENSA CD N°	
FGTS N° DA CONTA	

09



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
MARCOS PEREIRA DINIZ

DATA DE NASCIMENTO
23/07/1981

Nº DE IDENTIFICAÇÃO
0446-5238-1252

ZONA
027

SEÇÃO
0036

MUNICÍPIO/UF
TAPEROÁ/PB

DATA DE EMISSÃO
03/05/2016

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL






CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu cargo, e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o livro destinado ao registro de Ocorrências Policiais desta Delegacia de Polícia, constatei às Fls. **116**, a Ocorrência Nº. **336/2016**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos **dezoito** dias do mês de **novembro** do ano de **dois mil e dezesseis**, nesta cidade de **TAPEROÁ-PB**, Estado da Paraíba, e na Delegacia deste município, onde se encontrava presente o Delegado de Polícia Dr. Ariosvaldo Adelino de Melo, quando por volta das **16h40min**, compareceu o(a) Sr^(a). **JOSÉ PEREIRA DINIZ, RG 1942018 SSP/PB**, brasileiro, casado, natural de Taperoá/PB, aposentado, alfabetizado, com 65 anos de idade, nascido aos 26/07/1951, filha de Inácio Felix de Lima e Maria do Socorro da Conceição, residente na Praça João Suassuna, s/n, Centro, Taperoá/PB, telefone de contato 9 8649-8425. Onde veio até esta Delegacia de Polícia, **NOTIFICAR QUE** é tio materno da vítima **MARCOS PEREIRA DINIZ, RG 25.728.031-3 SSP/RJ**, brasileiro, natural de Taperoá/PB, solteiro, encarregado de obra, alfabetizado, com 35 anos de idade, nascido em 23/07/1981, filho de Maria Mercês Diniz e pai não declarado, residente na Rua José Adonias Gomes, s/n, Taperoá/PB, o qual foi vítima fatal de acidente automobilístico; Que, no dia 14/11/2016, saiu de sua residência para o Sítio Silva, zona rural de Taperoá/PB, onde foi participar de aniversário de amigo; Que por volta das 22:00 horas saiu daquele Sítio sozinho guiando seu veículo **FORD/VERONA LX, ANO 1993/1994, PLACA LJH7384/RJ, CHASSI 9BFZZZ54ZPB432535, RENAVAL 00321355016, LICENCIADO EM NOME DE ALEXSANDRO RUFINO BORGES**; Que, quando trafegava no Sítio Campo do Coxo, zona rural de Taperoá/PB, perdeu o controle do veículo e colidiu lateralmente com uma árvore vindo à óbito no local. E nada mais havendo a consignar, encerro a presente certidão, a referida é verdade e dou fé. Eu, Ryldo Venderley de Sousa Alves, Agente da Polícia Civil, que a digitei.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: Declaro assumir inteira responsabilidade Civil e Criminal referente ao registro da Ocorrência supra, que deu origem a presente Certidão. (Artigo 299 do C.P.B.).


Declarante

Taperoá – PB, 18 de novembro de 2016.



ECT - EMP. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 30301467 - AC TAPEROA

TAPEROA - PB

ONPJ.....: 34028316374453 Tel.:-

Ins Est.: 160745500

CONFROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU

ONPJ/CPF.....: 09246808000104

Doc. Post.....: 213698565

Contrato.....: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709

Cartao.....: 62267655

Movimento.....: 14/12/2016 Hora.....: 14:32:08

Caixa.....: 78763090 Matrícula.....: 84786558

Lancamento.....: 176 Atendimento.....: 00158

Modalidade.....: A Faturar ID Tiquete.....: 1237828375

DESCRIÇÃO

OTD. PRECO(R\$) 21,75+ 1

SEGURO DPVAT

Valor do Porte(R\$).....: 21,75

ONPJ/CPF Remet.: 12190714710

Nome Remetente.....: ana patricia rufino costa

Endereco Remet.....: RUA JOAO PINTO BARBOSA,55

Cont Endereco.....: casa - centro

Cep Remetente.....: 56680-000

Cidade Remet.....: TAPEROA

UF Remet.....: PB

SEDEX DPVAT ESPELHO

Valor do Porte(R\$).....: 47,36

Cep Destino.....: 20031-205 (RJ)

Peso real (Kg).....: 0,138

Peso Tarifado.....: 0,138

OBJETO.....: SN601991440BR

Obj Postado apos horario 1im post ag. DH (Depois da Hora)

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 69,11

Valor Declarado nao soltado(R\$)

No caso de objeto com valor, faca seguro, declarando o valor do objeto.

A FATURAR

Reconheco a prestacao do(s) servico(s) acima

prestado(s), o(s) qual(is) pasarei mediante

apresentacao de fatura. Os valores constantes de

acordo com as clausulas contratuais

Nome:

RG:

Ass. Responsavel

Obj Postado apos horario 1im post ag. DH (Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

De 25/11 a 31/12, devido aumento nos servicos

de encomendas, estao acrescidos 2 dias uteis

VIA-CLIENTE SARA 7.6.02

SN 60199144 0 BR





Seguradora Líder - DPVAT

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

M

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA _____
 DATA DO ACIDENTE _____ CPF DA VÍTIMA _____
 PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO _____
 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR () REPRESENTANTE LEGAL (X) BENEFICIÁRIO, CUJO PARENTESCO COM A VÍTIMA É _____
 ENDEREÇO DO PORTADOR _____
 Nº _____ COMPLEMENTO _____ BAIRRO _____
 CIDADE _____ UF _____ CEP _____
 E-MAIL _____ TELEFONE () _____

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
 - MORTE = R\$ 13.500,00
 - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00
 - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO)
- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS AO LADO, NESTE FORMULÁRIO
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS

- (X) REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- (X) CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- (X) CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CARTEIRA DE IDENTIDADE DO BENEFICIÁRIO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CPF DO BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) LAUDO CADAVERÍCO (IML) OU CERTIDÃO DO AUTO DE NECRÔPSIA, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- (X) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE CADA BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- (X) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO (ORIGINAL) PARA CADA BENEFICIÁRIO, COM DOCUMENTOS E DADOS BANCÁRIOS, TALS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

DOCUMENTOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, MÃE OU OUTRA PESSOA QUE REPRESENTA O BENEFICIÁRIO MENOR, DE 0 A 15 ANOS)

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

DOCUMENTOS DO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

- (X) CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29/12/2006: DECLARAÇÃO (ORIGINAL), INFORMANDO ESTAR O CÔNJUGUE CASADO COM A VÍTIMA ATÉ A DATA DE FALECIMENTO, BEM COMO SE A VÍTIMA DEIXOU OU NÃO DEIXOU FILHOS

DOCUMENTOS DA COMPANHEIRA (A)

- (X) PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL, CONTENDO A SEPARAÇÃO, SE FOR O CASO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29/12/2006: DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL) COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO COMPANHEIRO(A) E CÔNJUGUE

- (X) PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CERTIDÃO DE CASAMENTO, COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO DE FATO (ORIGINAL), FIRMADA PELO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)
- (X) TERMO DE CONCILIAÇÃO (ORIGINAL), ASSINADO PELO(A) COMPANHEIRO(A), E O CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

DOCUMENTOS DO(A) FILHO(A) OU NETO(A) DA VÍTIMA

- (X) DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO PAI, MÃE OU AVÔ(Ô) DA VÍTIMA

- (X) DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO IRMÃO, IRMÃ, TIO(A) OU SOBRINHO(A) DA VÍTIMA

- (X) DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA
- (X) CERTIDÃO DE ÓBITO DOS PAIS DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- (X) CERTIDÃO DE ÓBITO DOS FILHOS, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA _____
 IDENTIDADE _____
 ASSINATURA _____

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA _____ MATR. CORREIOS _____
 NOME _____
 ASSINATURA _____



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 10/03/2020 22:49:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031022493448200000027923893>

Número do documento: 20031022493448200000027923893

Num. 28976840 - Pág. 3



Seguradora Líder • DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

MORTE

M

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA MARCOS PEREIRA DINIZ
 DATA DO ACIDENTE 14 11 2016 CPF DA VÍTIMA 041 978 744-70
 PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ANA PATRICIA RUFINO COSTA
 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ REPRESENTANTE LEGAL () BENEFICIÁRIO, CUJO PARENTESCO COM A VÍTIMA É ESPOSA
 ENDEREÇO DO PORTADOR JOÃO PINTO BARBOSA
 Nº PB COMPLEMENTO CASA BAIRRO CENTRO
 CIDADE TAPEROA UF PB CEP 58680-00
 E-MAIL MARCELODLADY@GMAIL.COM TELEFONE 83 996407178

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

VALORES DE INDENIZAÇÃO ☒ MORTE = R\$ 13.500,00
☒ INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00
☒ DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO)
 O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
 COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS AO LADO, NESTE FORMULÁRIO
 PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO BENEFICIÁRIO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CPF DO BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ LAUDO CADAVÉRICO (IML) OU CERTIDÃO DO AUTO DE NECRÓPSIA, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE CADA BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
☒ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO (ORIGINAL) PARA CADA BENEFICIÁRIO, COM DOCUMENTOS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

DOCUMENTOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, MÃE OU OUTRA PESSOA QUE REPRESENTA O BENEFICIÁRIO MENOR, DE 0 A 15 ANOS)

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CPF (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL), OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

DOCUMENTOS DO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

- () CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29/12/2006: DECLARAÇÃO (ORIGINAL), INFORMANDO ESTAR O CÔNJUGUE CASADO COM A VÍTIMA ATÉ A DATA DE FALECIMENTO, BEM COMO SE A VÍTIMA DEIXOU OU NÃO DEIXOU FILHOS

DOCUMENTOS DA COMPANHEIRA (A)

- () PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL, CONTENDO A SEPARAÇÃO, SE FOR O CASO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29/12/2006: DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL) COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO COMPANHEIRO(A) E CÔNJUGUE

- () PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CERTIDÃO DE CASAMENTO, COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO DE FATO (ORIGINAL), FIRMADA PELO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)
 () TERMO DE CONCILIAÇÃO (ORIGINAL), ASSINADO PELO(A) COMPANHEIRO(A), E O CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

DOCUMENTOS DO(A) FILHO(A) OU NETO(A) DA VÍTIMA

- () DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO PAI, MÃE OU AVÔ(Ô) DA VÍTIMA

- () DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO IRMÃO, IRMÃ, TIO(A) OU SOBRINHO(A) DA VÍTIMA

- () DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA
 () CERTIDÃO DE ÓBITO DOS PAIS DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
 () CERTIDÃO DE ÓBITO DOS FILHOS, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 28 11 2016
 IDENTIDADE 3366640
 ASSINATURA X

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA _____ MATR. CORREIOS _____
 NOME _____
 ASSINATURA _____



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 10/03/2020 22:49:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031022493448200000027923893>

Número do documento: 20031022493448200000027923893

SINISTRO 3170041816 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARCOS PEREIRA DINIZ

COBERTURA Morte

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA

LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO MARIA LUISA COSTA DINIZ

CPF/CNPJ: 14089991455

Posição em 10-03-2020 20:32:00

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.

Scanned with CamScanner





10/03/2020

Número: **0800031-21.2017.8.15.0091**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Taperoá**

Última distribuição : **29/01/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA PATRICIA RUFINO COSTA (AUTOR)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27866910	31/01/2020 12:00	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado



CERTIDÃO

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que no dia 26 de novembro de 2019, de acordo com o sistema PJE, decorreu o prazo regimental para interposição de recurso, aos termos do acórdão ID 4766114.

Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 31 de janeiro de 2020.

Danielle Maria Furtado Lemos



Assinado eletronicamente por: DANIELLE MARIA FURTADO LEMOS - 31/01/2020 12:00:51
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2001311200510000000026881864>
Número do documento: 2001311200510000000026881864

Num. 27866910 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 10/03/2020 22:49:37
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031022493689400000027923895>
Número do documento: 20031022493689400000027923895

Num. 28976842 - Pág. 2



Tribunal de Justiça da Paraíba
Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau
Comprovante de protocolo

Processo

Número do processo: **0800031-21.2017.8.15.0091**
Órgão julgador: **Vara Única de Taperoá**
Jurisdição: Taperoá - Fórum de Taperoá
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto principal: ACIDENTE DE TRÂNSITO
Valor da causa: R\$ 13.500,00
Partes: ANA PATRICIA RUFINO COSTA (121.907.147-10)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (09.248.608/0001-04)

Audiência

Documentos do processo	Tipo	Tamanho (KB)
PETIÇÃO INICIAL.pdf	Outros Documentos	357,08
CERTIDÃO DE ÓBITO MARCOS PERREIRA.pdf	Outros Documentos	100,39
BO E REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.pdf	Outros Documentos	1192,76
Petição Inicial	Petição Inicial	0,21
PROCURAÇÃO, DOCS PESSOAIS E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.pdf	Outros Documentos	257,71
CERTIDÃO DE NASCIMENTO DA AUTORA.pdf	Outros Documentos	334,56
DOCUMENTOS PESSOAIS DO FALECIDO MARCOS PERREIRA.pdf	Outros Documentos	328,92

Assuntos

DIREITO CIVIL / RESPONSABILIDADE CIVIL / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL / ACIDENTE DE TRÂNSIT **Lei**
Lei 10406/02

AUTOR

MARCELO DANTAS LOPES (Advogado)
ANA PATRICIA RUFINO COSTA

RÉU

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Complemento	Valor
2	

Distribuído em: 29/01/2017 21:20

Protocolado por: MARCELO DANTAS LOPES





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Número do Processo: 0800202-70.2020.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: REPRESENTANTE: ANA PATRICIA RUFINO COSTA
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que consultando o sistema PJE, verifiquei a existência de outro processo (0800031-21.2017.8.15.0091) com as mesmas parte, arquivado em 16 de março do corrente ano.

TAPEROÁ, 18 de março de 2020
ADRIANA DIAS FARIAS





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800202-70.2020.8.15.0091
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
REPRESENTANTE: ANA PATRICIA RUFINO COSTA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Trata-se de **ação de cobrança de indenização do Seguro DPVAT** proposta por **MARIA LUISA COSTA DINIZ**, menor impúbere, representada por sua genitora ANA PATRICIA RUFINO COSTA.

Certificada a existência de outra ação arquivada com as mesmas partes (ID nº 29211534).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 99, §§2º e 3º, CPC).

Preceitua o **art. 486 do CPC**:

“O pronunciamento judicial que não resolve o mérito, não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§1º No caso de extinção em razão de litispendência e nos casos dos incisos I (indeferimento da inicial), IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito”.



No caso dos autos, há certidão informando a existência de outra ação que tramitou entre as partes (0800031-21.2017.8.15.0091), a qual foi extinta sem resolução de mérito por ter sido indeferida a inicial por falta de interesse de agir em razão de ter restado comprovado que não houve pretensão resistida por parte da ré. Houve recurso de apelação e a sentença foi mantida pelo E.TJPB.

O argumento que embasou a sentença de indeferimento da inicial na ação de nº 0800031-21.2017.8.15.0091 foi o de falta de interesse de agir, uma vez que o procedimento administrativo de requerimento do seguro restou extinto por ausência de documentação necessária.

Desse modo, para a propositura de nova demanda, a parte autora deveria ter sanado o vício, nos termos do art. 486, §1º.

No caso dos autos, vislumbro que a autora propôs a demanda alegando a resistência da ré pelo mesmo requerimento administrativo que deu azo à ação de nº 0800031-21.2017.8.15.0091.

Assim, não houve a correção do vício, uma vez que a autora deveria ter feito novo requerimento administrativo instruído da documentação necessária e, caso houvesse resistência, propor nova demanda.

A jurisprudência dominante exige a comprovação de prévio requerimento administrativo e o correspondente indeferimento para que reste configurado o interesse processual.

Ilustrativamente:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO.



NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. “Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.” (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. “Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso” (STF. RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC



09/02/2015) (TJPB, APL 0040819-50.2010.815.2001, Quarta Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, DJPB 24/03/2017, p. 16).

No mesmo sentido:

TJPB, APL 0020823-61.2013.815.2001, Terceira Câmara Especializada Cível, Rel^a Des^a Maria das Graças Moraes Guedes, DJPB 11/04/2017, p. 14; e TJPB, APL 0002391-51.2014.815.2003, Segunda Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, DJPB 11/04/2017, p. 10).

Verifica-se, na espécie, que não houve, portanto, indeferimento administrativo previamente ao ajuizamento desta ação.

Consigno, por fim, não ser o caso de intimação do autor para comprovar o prévio requerimento administrativo e correspondente indeferimento, nos moldes do art. 321 do CPC, porquanto os documentos já encartados nos autos indicam, sem qualquer dúvida, que não houve recusa administrativa de pagamento até o presente momento, de modo que essa diligência seria inútil, servindo tão somente para retardar a prestação jurisdicional.

Posto isso, nos moldes do art. 485, I, c/c art. 330, III, do CPC, **INDEFIRO A INICIAL, EXTINGUINDO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL**, e condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, observada a suspensão de exigibilidade de que trata o art. 98, §3º, do CPC, por ser beneficiária da gratuidade judiciária.

Dispensada a publicação no Diário da Justiça Eletrônico (art. 5º, caput, da Lei Federal n.º 11.419/2006).

Intime-se a parte autora, somente por intermédio de seu advogado (expediente eletrônico).



Decorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e archive-se, **independentemente de nova conclusão.**

Cumpra-se.

TAPEROÁ, 24 de março de 2020.

Juiz(a) de Direito



Apelação em anexo - formato pdf





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA
COMARCA DE TAPEROÁ - PB.**

O PRIMEIRO PROCESSO FOI EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR PELO FATO DA AUSÊNCIA DA NEGATIVA DA PROMOVIDA, AO CONTRÁRIO DESTES PROCESSOS EM QUE HÁ A NEGATIVA EXPRESSA DA PROMOVIDA

PEDIDO ADMINISTRATIVO NEGADO - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS (DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO) - A APELANTE NÃO POSSUI O DOCUMENTO EXIGIDO - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO COM OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A SUA CONCESSÃO.

INFORMA A PARTE APELANTE QUE NÃO PODE ACOSTAR DOCUMENTOS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DOS QUAIS NÃO OS POSSUEM COMO A DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO SOB PENA DE INCORRER EM CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA

ARTIGO 299 DO CPB - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO INCLUSO

CARTA NEGADA INCLUSA

Autos: 08002027020208150091

MARIA LUISA COSTA DINIZ, menor impúbere, portadora do CPF sob nº 140899914 - 55, representado neste ato pela a sua genitora **ANA PATRICIA RUFINO COSTA**, já devidamente qualificado no Processo nº **08002027020208150091**, por intermédio de seus procuradores e advogados infra-assinados, inconformada, data vênua, com a respeitável decisão prolatada no processo em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, interpor o presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, requerendo a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, com fulcro no que preceitua o artigo 1009 e seguintes do NCPC.

Requer ainda, com base no que preceitua os artigos 4º e 9º da Lei Nº. 1.060/1950, que o presente recurso seja recebido com os benefícios da justiça gratuita, uma vez que a Apelante não dispõe de condições financeiras de arcar com as custas processuais sem prejudicar o próprio sustento.

Nestes Termos, P. deferimento.

Taperoá, Data, Hora e Assinatura Digitais.

MARCELO DANTAS LOPES

Advogado OAB/PB 18.446

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira centro - Fone: (83) 3343-4101 - **Escritório Filial Taperoá** - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: 88939848





EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Apelante: MARIA LUISA COSTA DINIZ, menor impúrbere,
representado neste ato pela a sua genitora ANA PATRICIA
RUFINO COSTA

Autos: 0800207020208150091

Comarca de Origem: Taperoá/PB

RAZÕES RECURSAIS DO APELANTE

Colenda Turma Julgadora,

Eminente relator,

Merece reforma total a sentença proferida pelo MM.
Juiz de Primeiro Grau, tendo em vista ter contrariado
frontalmente os princípios constitucionais DO LIVRE ACESSO
A JUSTIÇA E DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO ESTABELECIDOS
no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal.

Outrossim, Nobres Julgadores, O APELANTE ciente de
seu direito ingressou com o pedido administrativo com toda
a documentação exigida pela a apelada para obter o seguro
DPVAT NO QUAL FAZ JUS como o Boletim de Ocorrência (BO),
certidão de óbito e outros documentos necessários para a
concessão administrativa do requerido seguro e outros
documentos, tendo O PRESENTE PEDIDO NEGADO em virtude da
exigência de um documento no qual a autora NÃO POSSUI, COMO
A DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEICULO NO QUAL O DE CUJUS
CONDUZIA NO MOMENTO DO ACIDENTE QUE CEIFOU A SUA VIDA.

Logo, Nobres Julgadores, O APELANTE REALIZOU O
DEVIDO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, HAJA VISTA QUE POSSUIA
OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A SUA CONCESSÃO, CONTUDO NUNCA
OBTVEU RESPOSTA ACERCA DO SEU DIREITO DE RECEBER O SEGURO
DPVAT.

NESTE CONTEXTO, NOBRES JULGADORES, O DOUTO JUIZ A
QUO EXTINGUIU O PRESENTE FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE
AGIR, MESMO ESTANDO INCLUSO O PRÉVIO REQUERIMENTO





ADMINISTRATIVO COMO DETERMINA A ATUAL JURISPRUDÊNCIA E A CARTA DE INDEFERIMENTO DO PLEITO ADMINISTRATIVO JUNTO A PROMOVIDA.

ADEMAIS, COMO JÁ MENCIONADO O PRESENTE PEDIDO ADMINISTRATIVO ENCONTRA-SE NEGADO, DESTARTE, O INTERESSE DE AGIR RESTA DEVIDAMENTE CONFIGURADO.

DATA MAXIMA VÊNIA, A ATUAL JURISPRUDÊNCIA NÃO DETERMINA O COMPLEMENTO/EXAURIMENTO, MAS SIM NO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, O QUE FOI FEITO PELA APELANTE.

LOGO, ANTE AO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO DETERMINA A JURISPRUDENCIA ATUAL E O PEDIDO ADMINISTRATIVO NEGADO O APELANTE REQUER A REFORMA DA REFERIDA SENTENÇA.

1. BREVE ESBOÇO DA LIDE

A Parte Apelante ajuizou a presente demanda pleiteando junto ao Poder Judiciário a indenização do seguro obrigatório DPVAT decorrente de acidente de trânsito.

Nisto, Nobres Desembargadores, a petição inicial foi devidamente instruída com os documentos necessários para concessão da indenização do seguro obrigatório DPVAT como o Boletim de Ocorrência, Prontuário médico, e outros documentos, bem como, A JUNTADA DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E A CARTA DE INDEFERIMENTO DA APELADA.

Necessário se faz dizer que O PRESENTE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO FOI ACOMPANHADO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO COMO BOLETIM DE OCORRÊNCIA, CERTIDÃO DE ÓBITO e outros documentos.

Desta feita, o juízo a quo EXTINGUIU O FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, MESMO TENDO O APELANTE REALIZADO O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E O MESMO ESTANDO NEGADO.

No próprio CORPO DA SENTENÇA O JUÍZO A QUO FRISOU:
" A jurisprudência dominante exige a comprovação de prévio requerimento administrativo e o correspondente indeferimento para que reste configurado o interesse processual.





A sentença recorrida a **AFRONTA A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA E O PRINCIPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO, haja vista, QUE O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO PELA APELANTE ENCONTRA-SE NEGADO.**

Inconformado com a sentença monocrática, a parte autora interpõe a presente Apelação, com vistas à reforma total da sentença de 1.º Grau, com suporte nas razões a seguir expostas.

2. Dos Pressupostos de Admissibilidade e a sua Tempestividade

A intimação do apelante se deu por meio da plataforma PJE no dia 04/05/2020, devendo-se considerar os prazos processuais só devem ser contados a partir do primeiro dia útil seguinte, tendo o prazo fatal no dia 25/05/2020.

Logo, o presente recurso **ENCONTRA-SE** plenamente tempestivo.

Acerca das custas e emolumentos recursais, salienta o apelante que não possui meios de arcar com as mesmas sem prejuízo de sua própria subsistência e de sua família, logo, requer o deferimento da assistência judiciária gratuita nos termos da Lei n° 1060/50.

Os demais pressupostos intrínsecos e extrínsecos do Recurso de Apelação estão plenamente preenchidos.

3. Do Mérito

A decisão do juízo a quo não deve ser mantida, porquanto está em desconformidade com os dispositivos legais e constitucionais, como se vê O **PEDIDO ADMINISTRATIVO ENCONTRA-SE NEGADO, DESTARTE, O INTERESSE DE AGIR ENCONTRA-SE CONFIGURADO.**

Outrossim, o interesse de agir já restaria **CONFIGURADO PELO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, CONFORME JURISPRUDÊNCIA ABAIXO:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO EM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE





DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. "Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE631.240, Rel. Min. Roberto Barroso." (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. "Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso" (STF. RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/ 2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLICADO 09/02/2015)





(TJPB, APL 0040819-50.2010.815.2001, Quarta Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, DJPB 24/03/2017, p. 16).

Outrossim, a extinção do processo sem resolução ao mérito ante a COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, bem como, A CONSTATAÇÃO DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO É UMA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA E DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO.

4. Das Razões Recursais

Como já mencionado, Nobres Julgadores, a presente causa versa sobre a cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT no qual o juízo a quo que EXTINGUIU O FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, MESMO A APELANTE TER REALIZADO O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO DETERMINA A ATUAL JURISPRUDÊNCIA E HAVENDO O INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (NEGADO).

Oportuno dizer que, felizmente, a jurisprudência pátria, aplicando o princípio da inafastabilidade da apreciação pelo Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, não vacila em garantir que a toda lesão ou ameaça ao direito teve ser apreciado pelo PODER JUDICIÁRIO.

O apelante BUSCA APENAS A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL APÓS O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E A SUA NEGATIVA, DA MELHOR FORMA PREVISTA EM LEI E ACEITA PELOS TRIBUNAIS PÁTRIOS.

No caso dos autos, é de ser afastada a carência de ação por ausência de interesse de agir, uma vez que O APELANTE REQUEREU O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, E O MESMO ENCONTRA-SE NEGADO.

Destarte, espera e confia, data vênia, que seu **legítimo direito** não seja excluído da apreciação do Poder Judiciário.





6 - Dos Pedidos Recursais

Por todo o exposto, pelo que consta dos autos e pelo que será suprido pelos DD. Julgadores requer seja o presente recurso CONHECIDO e PROVIDO, para ANULAR a r. sentença que extinguiu o feito sem resolução do mérito, afastando a FALTA DE INTERESSE DE AGIR, haja vista, que nos autos consta o PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, bem como, CARTA DE INDEFERIMENTO DO PLEITO ADMINISTRATIVO, restando assim, o interesse de agir configurado, determinando o retorno dos autos ao E. Juízo de origem, a fim de que se dê prosseguimento ao feito com a determinação da citação da ré, sob pena de afronta aos princípios do livre acesso à justiça e o da inafastabilidade da jurisdição.

Nestes precisos termos, pede e confia no deferimento.

Taperoá, Data, Hora e Assinatura Digitais.

MARCELO DANTAS LOPES

Advogado OAB/PB 18.446





Vara Única de Taperoá
R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Nº do processo: 0800202-70.2020.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

MANDADO DE INTIMAÇÃO (RÉU)

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Taperoá manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte promovida:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Para, querendo, contrarrazoar no prazo legal.

TAPEROÁ, em 22 de outubro de 2020.

De ordem, **PATRICIA GOMES BEZERRA DA COSTA**
Chefe de Cartório

